

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ
CAMPUS DE CAICÓ – DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DO CERES
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E
AFRO-BRASILEIRA

ELIENE ROBERTO LIMEIRA

**NAS ARTÉRIAS DA EDUCAÇÃO, SANGUE AINDA TEM COR:
REFLEXÕES SOBRE O PRECONCEITO RACIAL NA
ESCOLA ESTADUAL DR. JOSÉ GONÇALVES DE MEDEIROS NO
ANO DE 2016.**

Caicó – RN
2016

ELIENE ROBERTO LIMEIRA

**NAS ARTÉRIAS DA EDUCAÇÃO, SANGUE AINDA TEM COR:
REFLEXÕES SOBRE O PRECONCEITO RACIAL NA
ESCOLA ESTADUAL DR. JOSÉ GONÇALVES DE MEDEIROS NO
ANO DE 2016.**

Trabalho de conclusão de Curso, na modalidade Artigo, apresentado ao Curso de Especialização em História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ensino Superior do Seridó, Campus de Caicó, Departamento de História, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista, sob orientação do Prof. Mestrando Carlos Eduardo de Araújo.

Caicó-RN
2016

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO -----	05
2. DESENVOLVIMENTO-----	07
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	25
FONTES -----	27
REFERÊNCIAS-----	28

**NAS ARTÉRIAS DA EDUCAÇÃO, SANGUE AINDA TEM COR:
REFLEXÕES SOBRE O PRECONCEITO RACIAL NA
ESCOLA ESTADUAL DR. JOSÉ GONÇALVES DE MEDEIROS NO
ANO DE 2016.**

Eliene Roberto Limeira*

Orientador Carlos Eduardo de Araújo**

RESUMO

Em uma proposta de vislumbrar no interior da escola as questões raciais historicamente constituídas na sociedade, surge o tema deste artigo: Nas Artérias da Educação, Sangue ainda tem cor: Reflexões sobre o Preconceito Racial na Escola Estadual Dr. José Gonçalves de Medeiros no Ano de 2016. Para tanto, se faz necessário entender os preâmbulos que se dão em todos os espaços sociais em que o preconceito se apresenta de forma discriminatória. Dessa forma, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica apontando a realidade histórica de uma sociedade que convive com a segregação na qual a cor pele é determinante para estar sendo excluído desta, como também, foi utilizada como objeto de pesquisa a Escola Estadual Dr. José Gonçalves de Medeiros, localizada na cidade de Acari – RN empregando entrevistas que ofertaram instrumentos para uma reflexão sobre o preconceito racial dentro e fora dos muros da escola. Elementos que possibilitaram uma análise sobre o preconceito racial na instituição escolar que deve ser de enriquecimento cultural e social; transformadora de uma realidade na qual o preconceito não venha atingir crianças e jovens; que ensine no dia a dia, que sua cor não lhe faz ser diferente ou inferior.

PALAVRA-CHAVE

Preconceito Racial. História. Sociedade. Educação

* Discente do Curso de Especialização em História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), Campus de Caicó, Departamento de História (DHC). Graduada em História pela UFRN, CERES, Campus de Caicó. Especialista em Geopolítica e História (Com ênfase em História) pela Faculdade Integrada de Patos (FIP) Professora Temporária da Rede Estadual de Ensino, na Escola Dr. José Gonçalves de Medeiros, (Acari – RN), onde ministra a disciplina de História. E-mail: eliene.limeira@yahoo.com

** Orientador do Trabalho de Conclusão do Curso, Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Especialista em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido pelo IFRN. Graduado em Geografia pela UFRN (2013) e em Ciências Sociais pela UFRN (2009). Consultor, analista ambiental e Professor. E-mail: cadu84@ymail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho lança um olhar para o interior da escola sobre uma perspectiva de detectar de que forma o preconceito racial está presente e como o mesmo se instaurou nesse espaço histórico.

O interesse pessoal sobre a temática surgiu com base na experiência da pesquisadora como professora, com o intuito de desmistificar estigmas e estereótipos acerca das pessoas negras que sofrem com o preconceito racial. É um tema relevante uma vez que procura demonstrar as atitudes racistas sejam elas implícitas ou explícitas, na escola e a necessidade de combatê-las.

Sendo a escola um ambiente privilegiado no qual sua base formativa é a sociedade que dá continuidade a educação familiar, buscando uma formação para a prática da cidadania e para o trabalho, também esta tem suas raízes na desigualdade social que permeia a história das mais variadas formas possíveis, seja na forma da inclusão ou de exclusão social ou nas relações entre os indivíduos.

São fatores que estão entrelaçados e que caracteriza a escola como lugar em que se dão as aprendizagens mediante o fato que, sendo concebida pela própria sociedade, reflete o que a mesma apresenta de bom ou ruim. Assim sendo, as questões de discriminação também estão presentes nela.

Numa abordagem sobre a formação da sociedade brasileira, um olhar mais aguçado para a história se faz necessário para buscar o entendimento sobre as questões que permeiam o preconceito racial e conseqüentemente como estas adentraram na instituição escolar. Louro (1997, p. 57) diz sobre as relações sociais dentro da escola:

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola reproduz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos, tornando aqueles que nela entram distintos dos outros, os que a ela tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização (...).

Nesse sentido, a escola reflete o que há na sociedade e é esta, a instituição escolar, que deve desenvolver o pensamento crítico nos alunos que ali estão, voltado para a construção da cidadania e preceitos de igualdade.

No percurso que a sociedade cursou até os dias atuais, houve muitas lutas e conquistas travadas pelas pessoas negras, em busca de seus direitos, entre estas o direito a educação. Portanto, um olhar sobre este aspecto, oferece um entendimento do que

ocorre no interior da escola em relação ao racismo praticado de forma explícita ou implícita. Esse debruçar reflete sobre o princípio constitucional da igualdade contemplado pela Constituição Federal de 1988, dando prerrogativa para outros avanços como a Lei nº 10.639/03 que mobiliza a instituição escolar para tratar com a devida importância a cultura afro-brasileira e africana.

A metodologia utilizada para compreender as questões raciais impregnadas na sociedade brasileira e conseqüentemente dentro da instituição escolar, foi à pesquisa bibliográfica e levantamento de dados com aplicação de entrevistas. O objetivo da pesquisa incide em abordar agentes da comunidade escolar, levantando algumas questões que legitimam ou não a presença do preconceito racial dentro da escola e como os profissionais estão preparados para combatê-lo. Para tanto, a instituição laboratório foi a Escola Estadual Dr. José Gonçalves de Medeiros, localizada na cidade de Acari – RN, fazendo-se necessário observar alguns pontos: a escola contempla em seu currículo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana? De que forma os professores foram ou serão trabalhados para atender de forma satisfatória a inclusão da cultura afro-brasileira e africana em sua prática e planejamento? Existe alguma forma de registrar as ocorrências de racismo ou outros tipos de violências? Quais casos mais relevantes ocorreram dentro da instituição escolar? Qual política é adotada para enfrentamento das práticas de racismo no ambiente escolar? Para tratar sobre equidade entre os povos, é relevante que se tenha os conhecimentos necessários para enfrentar situações de segregação, agressão e intolerância.

Prontamente, compreende-se este trabalho como sendo de grande relevância para os estudos realizados pela comunidade acadêmica do curso de “Especialização em História e Cultura Africana e Afro-brasileira”.

2. DESENVOLVIMENTO

UMA HISTÓRIA DE LUTA QUE ADENTRA NOS ESPAÇOS ESCOLARES

Para que haja um entendimento de como as questões raciais se instalaram no Brasil, um breve traçado da história se faz necessário para que alguns fatos ocorridos na época da ocupação e exploração destas terras apontem para o início da segregação racial no país, mediante um pretexto de conquista, desbravamento e organização social. Estes elementos se sobrepõem ao real fato dos indígenas serem os verdadeiros donos da terra, porém os objetivos da exploração material incluiu a exploração do trabalho.

Terra da fartura e de encantos de florestas tropicais, frutas exóticas, riquezas intocadas. De povos nus que em suas vivências misturavam-se a natureza para coexistir com seus elementos. Assim era o solo que ofertava a seu povo sua subsistência. Eram esses povos os indígenas, com características peculiares que povoavam o denominado futuramente, Brasil. São esses os primeiros povos que ajudaram a formar a cultura brasileira por meio de suas comidas, vestimentas, rituais, língua materna, seus costumes. Mais tarde, com a exploração dos europeus, as culturas se entrelaçam no ano de 1500 como a história aponta, com as grandes navegações marítimas que movimentavam e expandiam as civilizações.

Em sua cultura e história os povos europeus possuíam uma estrutura social organizada. As questões econômicas e políticas já impulsionavam as conquistas de outras terras através da exploração e relações comerciais. Nestas condições de exploração, o trabalho humano de acordo com as necessidades torna a ser executado especificamente pelos escravos. Segundo Bluteau (1789, p. 560) escravo significa: “(...) Cativo, que está sem liberdade, no estado de servidão. (...)”.

A prática de escravizar pessoas configura uma nova parte da história que se entrelaça a outra, vinda da África onde existiam povos já escravizados. Uma história de horror nos porões de navios negreiros. Munanga (1986, p. 8) retrata como teve início a escravização dos negros pelo mundo inteiro:

Quando os primeiros europeus desembarcaram na costa africana em meados do século XV, a organização política dos Estados africanos já tinha atingido um nível de aperfeiçoamento muito alto. As monarquias eram constituídas por um conselho popular no qual as diferentes camadas sociais eram representadas. A ordem social e moral equivalia à política. Em contrapartida, o desenvolvimento técnico, incluída a

tecnologia de guerra, era menos acentuada. Isto pode ser explicado pelas condições ecológicas, sócio-econômicas e históricas da África daquela época, e não biologicamente, como queriam alguns falsos cientistas. Neste mesmo século XV, a América foi descoberta. A valorização de suas terras demandava mão-de-obra barata. A África sem defesa... Apareceu então como reservatório humano apropriado, com um mínimo de gastos e de riscos.

Os negros vieram da África como mão de obra necessária para explorar a nova terra descoberta uma vez que por questões religiosas e econômicas os indígenas não puderam suprir as atividades a eles impostas. Portanto, essas pessoas foram conduzidas à escravidão em detrimento da exploração por parte dos europeus em busca de novas terras e ampliações de seus domínios. É a divisão de classes instaurada, é a mistura de culturas, crenças que se entrelaçam de uma forma fortemente segregada. É nesse berço de desigualdades e exploração que nasce o povo brasileiro.

As questões sociais e econômicas dos povos envolvidos com a colonização do Brasil, a exemplo do africano e do europeu, estão intrinsecamente ligadas pela exploração, consumismo, disputa e lutas. Em meio a tudo isso surge a educação jesuíta que tem como objetivo a conversão ao cristianismo e ao domínio da escrita, se apresentando no período do descobrimento para os indígenas e crianças negras. Leite, (1949, p. 144) cita as limitações dessa educação:

Os Escravos Negros não eram livres para buscarem a instrução média e superior, e claro está que o senhores não os compravam para os mandar aos estudos e fazer deles bacharéis ou Sacerdotes. A instrução ou educação, que lhes permitiam essa, e mais do que essa, lhes ensinava a Igreja. E a Igreja foi à única educadora do Brasil até ao final do século XVIII, representada por todas as organizações religiosas do Clero Secular e do Clero Regular, que possuíam casas no Brasil.

Evidentemente que a igreja, embora com seu objetivo de evangelizar, mantinha a segregação entre as classes, tinha o objetivo de instruir para a educação religiosa conforme os interesses da burguesia como parte da ocupação. Assim, as relações e as instituições caminhavam. Pessoas estavam organizadas em classes, segundo os interesses e as relações de poder que uma exercia sobre a outra. Mais tarde a igreja viria a se envolver mais com as questões sociais em defesa dos menos favorecidos.

Sobre as escolas instituídas, a pessoa negra enfrenta resistência para usufruir desse espaço juntamente com os brancos como aponta Barros (2005, p. 85) sobre a visão de o negro frequentar a instituição escolar:

(...) ‘ da-se um facto que mais reverte em prejuízo dos bons que em proveito dos maus’. Ali se encontrariam uma situação desagradável para ele e a maioria de seus alunos: certos ‘negrinhos que por ahi andão, filhos de Africanos Livres que matriculão-se mas não frequentam a escola com assiduidade’, que não sendo interessados em instruir-se, só frequentariam a escola para deixar ‘nella os vícios de que se achão contaminados; ensinando aos outros a pratica de actos e usos de expressões abomináveis, que aprendem ahi por essas espeluncas onde vivem’. (...) A solução sugerida para os indesejados: ‘Para estes devião haver escolas aparte’.

A história da colonização é caracterizada pela exploração do trabalho escravo, com objetivos diversos como: exploração das riquezas, colonização, no trabalho da agricultura, para servir ao que faziam parte da realeza, sempre seguindo os padrões de subordinação de uma classe sobre a outra até um dado momento da história que muitos negros se levantam e buscam através de fugas, refúgios numa tentativa de organização social com princípios de liberdade.

O desenrolar de lutas e apoio de alguns burgueses, os abolicionistas, pessoas que eram contra a escravidão, como também, fatos ocorridos em outras terras, desencadeou uma diminuição da exploração do negro. Entre os abolicionistas, cita-se o afrodescendente André Rebouças:

(...) empenhou-se com toda a sua dedicação à campanha abolicionista. Almejava dentro de suas ideias uma reforma agrária, a prestação do serviço de educação e do serviço de assistência social, afirmando serem estes o caminho básico para começar a solucionar as mazelas deixadas pela escravidão. Sendo assim, esse seria o caminho profícuo, segundo seu pensamento, para inserir o ex-escravo na sociedade, oferecendo a este escravo liberto o direito e condição de se tornar verdadeiros cidadãos. SILVA, 2015, p. 43)

Mais tarde foram considerados livres os que nasceram depois de 1871 – Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871; e em 1885 foi sancionada a Lei dos Sexagenários que dava a liberdade a todos os idosos negros com mais de 60 anos. Só então foi instituída a Lei áurea de 13 de maio de 1888 que reforça o fim da escravidão dos negros. (FILHO & MAIA, 2004).

Alguns fatos importantes após a Lei Áurea instituir a liberdade aos negros, foram à inexistência de assistência para os recém-libertos e principalmente a mentalidade impregnada na maioria das pessoas que embora tivessem ganhado liberdade, os negros não eram pessoas dignas de viver socialmente como a classe burguesa. Ainda com o agravante da ira por parte dos fazendeiros que viram sua mão de obra barata e submetida à violência gratuita para elevar seu poder econômico, serem libertos para permanecerem ou irem embora. Fernandes (1978, p. 15) descreve o cenário:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial operou-se, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.

Diante do fato de serem ex-escravos, estes foram submetidos ao trabalho livre pago, mas com valores irrisórios. A liberdade conquistada não necessariamente garantiu aos negros grandes oportunidades. Embora alguns tenham conseguido estudar, se formar, adquirir algum meio digno de subsistência, ainda se encontravam vivendo em uma sociedade que os discriminavam.

O PROBLEMA DO RACISMO

Na história, a intolerância traça o caminho das questões étnicas raciais envolvendo as pessoas negras, século a século sendo construído por questões culturais, sociais e econômicas desenvolvidas ao longo do tempo.

Munanga (2000, p. 22) caracteriza raça como: “Um conceito carregado de ideologia, pois, assim como todas as ideologias, esconde uma coisa não-proclamada: a relação de poder e de dominação.” Dessa forma, o problema do racismo como relação de poder está presente em todos os contextos sociais e nesse contexto, também houve resistência e luta para mudar essa realidade.

No mundo todo surgiram movimentos abolicionistas com uma doutrina ativista em prol de igualdade e oportunidade para pessoas negras. Muitos negros e brancos,

sensibilizados pelo fim real da segregação racial, fizeram história ao redor do planeta. Entre estes, Martin Luther King (1929 -1968), foi um grande defensor das causas raciais nos Estados Unidos. Em um de seus discursos diz:

Nós, os deserdados desta terra, nós, por tanto tempo oprimidos, estamos cansados de atravessar a longa noite do cativeiro. E agora desejamos alcançar a aurora da liberdade, da justiça e da igualdade. Permitam-me que lhes diga, meus amigos, ao me aproximar do fim, e apenas dando uma idéia de por que estamos aqui reunidos, que Deus – e , que desejo enfatizar isso, em todas as nossas deliberações aqui nesta noite e por toda a semana além, não importa o que fizermos – que Deus esteja sempre conosco (...) (KING 2006,p. 25)

Na África do Sul, Nelson Mandela (1918-2013), maior símbolo de luta contra o apartheid. O termo apartheid designava uma política implantada nas instituições públicas na África do Sul, elaborada por homens brancos exploradores daquelas terras que estabeleceram uma separação rígida entre negros e brancos. Mesmo os negros sendo maioria, economicamente os brancos exerciam o poder. Em um de seus discursos diz sobre sua luta:

Durante a minha vida, dediquei-me a essa luta do povo africano. Lutei contra a dominação branca e lutei contra a dominação negra. Acalentei o ideal de uma sociedade livre e democrática na qual as pessoas vivam juntas em harmonia e com oportunidades iguais. É um ideal para o qual espero viver e realizar. Mas, se for necessário, é um ideal pelo qual estou preparado para morrer. MANDELA *apud* STENGEL, (2010, p. 34)

RACISMO NO BRASIL

Joaquim Nabuco foi um dos mais conhecidos abolicionistas brasileiros que lutou em prol dos escravos. Em sua trajetória escreveu diversos livros, entre eles o Abolicionista (1883) e Escravos – poesia (1886) que tratava sobre as questões de liberdade e engajando-se na política, buscou nesse meio representar o negro e o fim da escravidão: “(...) Acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão”. (NABUCO, 2005, p. 58)

Zumbi (1655-1695), líder do Quilombo dos Palmares, também pode ser destacado na história do Brasil como um personagem que lutou pelo fim da escravidão e abrigou os negros que fugiam das senzalas ou eram libertos delas. Nos quilombos, se sentiam protegidos e se organizavam socialmente. FUNARI e CARVALHO, (2005, p. 12)

trata sobre a política que ocorria nesses espaços e como Zumbi se destacou entre os seus:

Em 1670, o governador de Pernambuco denunciou os colonos que passavam armas de fogo para os habitantes de Palmares, em desrespeito a Deus e às leis. Os ataques a Palmares continuaram e, em 1675, na campanha de Manoel Lopes, Zumbi se destacava como líder dos rebeldes, mas o governante era seu tio Ganga-Zumba. Em 1677, segundo documentos, Palmares compreendia mais de 60 léguas e dez aldeias. Em 1678, Fernão Carrilho capturou os dois filhos de Ganga-Zumba. Em Recife, embaixadores do quilombo e as autoridades estaduais subscreveram um tratado de paz. Zumbi não confiava nas autoridades; revoltou-se, matou seu tio e proclamou-se rei de Palmares.

Em várias localidades os Quilombos foram formados e abrigam até os dias atuais comunidades que buscaram refúgio ao fugirem de seus escravagistas. Na região Seridó do Rio Grande do Norte, podem ser encontradas Comunidades Quilombolas, como a exemplo dos Negros do Riacho na cidade de Currais Novos e a Comunidade Quilombolas da Boa Vista dos Negros em Parelhas.

Essas duas comunidades são referências da história dos negros e permanecem trazendo no seu dia a dia a cultura de seu povo como história viva e que deve ser evidenciada sempre.

A adequação do negro ao meio social para desfrutar de seus direitos enquanto pessoas livres de cativo, embora a escravidão ainda se manifeste desde então de formas forçadas ou livremente, arrasta-se em meio à cultura e convenções sociais arraigadas na forma como os líderes brancos conduziram a história. A discriminação racial e o racismo explicam bem o comportamento adotado pós liberdade escravocrata para explicar a segregação e luta fortemente explícita no dia a dia entre pessoas brancas e negras. O conceito de preconceito racial impregnado no meio social é explicado por Nogueira (1985, p.46) como:

(...) uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se tem como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações, os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem.

Com o preconceito racial instaurado, as dificuldades enfrentadas pelas pessoas negras em meio a uma sociedade que discrimina e é racista, o seio familiar é um dos únicos lugares de se sentirem seguros. E o que dizer das demais instituições sociais nas quais estão inseridos? A escola que junto à família é responsável pela educação, deveria ter sido uma porta aberta para todos, porém as lutas se concretizaram em ganhos para as pessoas negras a passos lentos.

Na educação, uma das conquistas significativas veio através da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948:

Artigo 26. 1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. 3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos. (BRASIL, 1998, p. 05).

Segue as conquistas no Brasil com a Constituição Federal de 1988 que traz em seu artigo Art. 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...).” (BRASIL, 1988).

Um movimento importante para o setor da educação surgiu em meio às conquistas pela igualdade racial foi a FNB - Frente Negra Brasileira em 1930, que foi um movimento político, organizado por intelectuais negros que lutavam para garantir que as pessoas negras lutassem por seus direitos e também tivessem estes garantidos. Em seu estatuto reza no Artigo III sua finalidade:

A “FRENTE NEGRA BRASILEIRA”, como força social, visa à elevação moral, intelectual, artística, técnico-profissional e física: assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra. (DOMINGUES 2008 p. 62)

As pessoas que formavam a Frente Negra Brasileira protegiam-se das discriminações raciais ocorridas em todos os âmbitos sociais e principalmente dentro das escolas. Lutavam para que a história africana fizesse parte dos currículos escolares para que através de suas raízes e cultura, pudessem firmar-se como cidadãos de fato assim como ocorria mais facilmente com as pessoas brancas. Tornou-se mais a frente um partido político que seria barrado pelas questões políticas nacionais perdendo assim suas forças. Porém outros movimentos sociais deram continuidade ao desejo de se fazer presente a história dos descendentes africanos no contexto histórico brasileiro como pauta da educação nacional, além de diminuir ou extinguir a discriminação racial. Um desses foi o Movimento Negro Unificado – MNU de 1978: “(...) intelectuais e pesquisadores da área da educação produziram um amplo debate sobre a importância de um currículo escolar que refletisse a diversidade étnico-racial da sociedade brasileira”. (BRASIL, 2013, p. 07).

A segregação na área educacional além de ser física, também foi de total ausência da cultura africana que caracterizava, valorizava e contava a história de quem saiu de seu país e enriqueceu o território brasileiro com seus costumes, religiosidade, danças, comidas, cultura, enfim, uma parte da história existente e sem o real valor para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Expressa também a escassez de fontes variadas que tratem os fatos reais sobre como ocorreu o processo educativo dos negros em seu percurso histórico. Na edição do Ministério da Educação que traz a temática História da Educação do Negro e outras histórias, Brasil (2005 p.23), explicita bem esse fator:

A problemática da carência de abordagens históricas sobre as trajetórias educacionais dos negros no Brasil revela que não são os povos que não têm história, mas há os povos cujas fontes históricas, ao invés de serem conservadas, foram destruídas nos processos de dominação.

Na atualidade existem ações mais conscientes e participativas de vários atores e instituições sociais que tratam a temática da discriminação racial, como a exemplo, na esfera governamental a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR que conduz as discussões, políticas e ações referentes às questões raciais no ano de 2003. Foi um grande avanço uma vez que delibera ações contínuas em favor das pessoas negras.

Na educação, um grande período limitou-se a repassar no material didático produzido para distribuição nas escolas, sempre uma visão ingênua quanto à ocupação das terras brasileiras. Um momento pacífico e de grandes descobertas, eximindo de qualquer culpa a forma exploratória e desumana quanto aos meios utilizados para alcançar os fins desejados.

A Lei nº 10.639/03 vem explicitar que em pleno século XXI, as questões pela igualdade racial ainda são muito presentes e que as conquistas ainda estão caminhando a passos lentos nestes últimos 500 anos de história. A referida lei trata da obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL 2013, p. 75).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB Lei Nº 9.394/96 modificou seu texto para adequar-se as novas conquistas. Para tanto, envolve uma transformação na atuação de todos os profissionais da educação, os quais necessitam de capacitação e qualificação para de fato, entender, ampliar conceitos e efetivar o preceito da igualdade racial nas escolas através do que reza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Nas instituições públicas e privadas de ensino superior, nas quais o número de pessoas brancas se sobrepõe ao das pessoas negras por motivos históricos, sociais, culturais e econômicos, a iniciativa para tentar minimizar as desigualdades sociais foi à criação de cotas em todos os cursos através de programas educacionais de seleção que destinam vagas para alunos que cursaram seus estudos em escolas públicas, negros, pardos, índios e de famílias de baixa renda como cita Brandão (2005, p. 86) dando ênfase a um dos argumentos sobre o sistema de cotas:

(...) as cotas seriam uma forma de promover uma competição mais igualitária, transformando-se na implementação efetiva do princípio de igualdade, ou seja, a transformação de uma igualdade formal (existente na letra da lei) em uma igualdade real (uma forma de justiça social), o que, segundo seus defensores, modifica a lógica segundo a qual todos são iguais quando, na verdade, não são, dadas as gritantes diferenças socioeconômicas existentes entre negros e brancos no Brasil.

Sobre essas novas perspectivas distributivas de minimização das questões raciais e desigualdades sociais como um todo, surgem argumentos que explicam a necessidade de criarem mecanismos que ampliem as perspectivas de oportunidades e justiça social para os menos favorecidos como os pobres, indígenas, pardos e negros como diz Gomes (2001, p.67):

(...) nada mais seria do que a outorga aos grupos marginalizados, de maneira equitativa e rigorosamente proporcional, daquilo que eles normalmente obteriam caso seus direitos e pretensões não tivessem esbarrado no obstáculo intransponível da discriminação.

Outro aspecto deve ser observado além das questões educativas legalizadas abordadas até o momento. O que ocorre dentro dos muros das escolas nas relações pessoais ainda traz um traço do preconceito impregnado em se tratando de pessoas deficientes, pardas, afrodescendentes, índios, ou mesmo pelo simples fato de ser diferente da maioria, sofrem com a intolerância seja na educação infantil, no fundamental, no ensino médio, chegando às universidades.

São todos espaços democráticos, porém formados por gente que ainda, não em sua maioria, mas que significativamente, pratica a intolerância.

Há de ser necessário abrir um parêntese sobre dois termos que encontramos no universo escolar, o bullying e o preconceito racial. Duas formas de comportamento distintas, embora pejorativas e discriminatórias.

O bullying segundo Fante (2005, p. 28) é: “(...) é um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetidas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento.”. Já o preconceito racial segundo Appiah apud Guimarães (1999, p. 34):

(...) traça distinções morais entre os membros de diferentes raças porque se acredita que a essência racial implica em certas qualidades moralmente relevantes. Os racistas extrínsecos baseiam a sua discriminação entre os povos na crença de que os membros de raças diferentes se distinguem em

certos aspectos que autorizam um tratamento diferencial – tais como honestidade, coragem ou inteligência. Tais aspectos são tidos (pelo menos em muitas culturas contemporâneas) como incontroversos e legítimos como base para o tratamento diferencial dispensado as pessoas.

Em relação aos comportamentos que se pronunciam dentro do espaço escolar, a escola além de ser um espaço de aprendizagens sistematizadas, deve cumprir a função social de educar para a vida, para a conquista da cidadania, qualificar para o mercado de trabalho e buscar desenvolver a capacidade crítica dos indivíduos como seres pensantes e racionais.

O papel da educação é tirar os homens das sombras e levá-los a enxergar a realidade a sua volta e sentir-se parte do processo. Piletti e Piletti (1997, p.34) ao tratar sobre a filosofia de Platão, enfatizam que “o papel do educador consiste em promover no educando o processo de interiorização, graças ao que ele pode sentir a presença das idéias”.

Chamar os educandos a refletirem sobre sua realidade e a função social que ocupa ou busca ocupar, é fundamental para transcender a proposta filosófica e social que a escola propõe e que vai muito além dos conteúdos sistematizados dispostos em sua grade curricular. Gadotii (2007, p. 11) vem ilustrar que:

Como lugar de pessoas e de relações, é também um lugar de representações sociais. Como instituição social ela tem contribuído tanto pra a manutenção como para transformação social. Numa visão transformadora ela tem papel essencialmente crítico e criativo.

Nesse intuito, quando a escola toma para si a responsabilidade de cuidar das ideias, necessariamente se compromete a ser firme com toda e qualquer forma de promoção social positiva, não aceitando, portanto, que em seu espaço ocorra discriminação de qualquer tipo que vá de encontro com sua proposta democrática de formar cidadãos críticos e conscientes da realidade que os cercam. Envolve a comunidade escolar no processo educativo, busca parcerias e soluções para os problemas como bullying, preconceito racial ou qualquer outra forma de discriminação e violência, passa a ser transformadora da realidade e com responsabilidade social em sua essência.

Em se tratando de preconceito racial no âmbito escolar, este vem se configurando na história de forma discreta, porém no momento em que o seu currículo

não contempla a valorização da identidade negra o preconceito racial deixe de ser abordado com a devida importância.

Embora a Lei nº 10.639/03 esteja agora presente nas linhas curriculares das instituições, o currículo pode ser vivo ou simplesmente está apenas constando como preceito para ações que deviam acontecer e não ocorrem. Conseqüentemente na proposta pedagógica as ações durante o ano letivo deve propor uma revisão histórica de forma crítica da formação da sociedade brasileira e deve envolver toda a comunidade escolar, tratando de temáticas e realizando ações que valorizem e desconstruam conceitos estabelecidos a partir de uma cultura que enxerga a pessoa negra com discriminação.

Ao trabalhar com projetos como instrumento utilizado para tratar de temáticas diversas de forma ampla, estes devem contemplar todos os envolvidos no processo escolar, e principalmente que atenda as questões sociais vividas dentro e fora dos muros da escola, como a questão do preconceito racial presente nas relações que se dão entre os indivíduos. Há uma postura de que o que está sendo feito sobre o preconceito racial é suficiente, porém essa estagnação de que tudo vai bem e a falta de ações mais efetivas de acordo com o que se apresenta no ambiente escolar, paralisa o processo de aquisição de direitos, de equidade entre os povos, de ações cidadãs que contagiam e apontam para um novo referencial quanto à formação do povo brasileiro.

O livro didático, por sua vez, apresenta sutilmente conteúdos referentes à cultura africana. A exemplo pode ser citada as características linguísticas com palavras trazidas pelo povo africano, a dança, as crenças, a culinária entre outros subsídios que deveriam ser mais valorizados, uma vez que ao apreciar a riqueza de elementos contidos na história, transcende uma visão escravocrata impregnada por tanto tempo na sociedade.

Visualmente, as ilustrações dos livros didáticos trazem modelos sociais que apresentam famílias em sua maioria branca em um país que seu povo é formado por brancos, pardos, negros e indígenas. São detalhes que afetam de forma direta ou indireta as relações e o preceito de igualdade no interior da escola:

No plano das discriminações, instituições, como a escola, podem servir à sua reprodução e, com isso, reduzir possibilidades de mobilidade educacional e social de crianças e jovens negros. A escola não necessariamente está atenta à relevância do clima escolar e das relações sociais para o desempenho escolar, que pode ser afetado por sutis formas de racismo que muitas vezes não são assumidas ou conscientemente engendradas. (CASTRO & ABROMOVAY, 2006, p. 22)

A realidade não expressada nos livros didáticos quanto à cor nas famílias brasileiras, o Censo Demográfico (2010) aponta que a população brasileira em sua maior parte é formada por pretos e pardos ao ser comparado com os números de brancos, amarelos e índios que é demonstrado na imagem abaixo:

Tabela 1.3.1 - População residente, por cor ou raça, segundo o sexo e os grupos de idade - Brasil - 2010

Sexo e grupos de idade	População residente						
	Total	Cor ou raça					
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Total	190 755 799	91 051 646	14 517 961	2 084 288	82 277 333	817 963	6 608
0 a 4 anos	13 796 158	6 701 186	655 958	119 956	6 217 638	101 195	225
5 a 9 anos	14 969 375	6 562 558	887 209	139 543	7 279 983	99 841	241
10 a 14 anos	17 166 761	7 196 738	1 155 472	161 453	8 557 952	94 826	320
15 a 19 anos	16 990 872	7 311 734	1 264 183	177 008	8 155 126	82 500	321
15 a 17 anos	10 357 874	4 390 760	764 245	105 554	5 045 778	51 367	170
18 ou 19 anos	6 632 998	2 920 974	499 938	71 454	3 109 348	31 133	151
20 a 24 anos	17 245 192	7 774 488	1 381 677	200 060	7 814 487	73 387	1 093
25 a 29 anos	17 104 414	7 936 115	1 443 820	202 733	7 455 402	65 104	1 240
30 a 34 anos	15 744 512	7 344 600	1 360 298	182 150	6 800 175	56 326	963
35 a 39 anos	13 888 579	6 596 137	1 175 333	152 546	5 915 773	48 167	623
40 a 44 anos	13 009 364	6 365 363	1 095 301	139 230	5 368 059	40 950	461
45 a 49 anos	11 833 352	6 052 769	972 738	124 664	4 647 205	35 645	331
50 a 54 anos	10 140 402	5 286 559	848 098	106 539	3 869 792	29 156	258
55 a 59 anos	8 276 221	4 404 057	675 404	95 149	3 076 630	24 800	181
60 a 69 anos	11 349 930	6 158 001	906 487	152 099	4 097 068	36 062	213
70 anos ou mais	9 240 667	5 361 341	695 983	131 158	3 022 043	30 004	138

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Esses aspectos mostram que ainda há muitos horizontes a serem ampliados para que de fato, ocorra a valorização da cultura afro-brasileira na educação.

O currículo que a escola propõe a desenvolver em suas ações necessita impregnar em sua prática, posturas de efetivação e valorização da cultura brasileira de modo que as questões raciais sejam repensadas de forma que a comunidade escolar entenda a riqueza que há na história da formação da sociedade e sua contribuição para a cultura brasileira. Sobre um currículo que não valorize de fato a cultura de um povo SACRISTÁN (1995, p. 97) diz:

A falta de “representatividade” cultural do currículo escolar repercute, imediatamente, na desigualdade de oportunidades e na incapacidade da cultura da escola para dotar os alunos de instrumentos que os permitam compreender melhor o mundo e a sociedade que os rodeia.

O que há de mais recente em relação às conquistas por uma sociedade mais igualitária quanto às questões raciais no âmbito da educação, é o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana Brasil, (2013, p. 19) que tem como objetivo:

(...) colaborar para que todo o sistema de ensino e as instituições educacionais cumpram as determinações legais com vistas a enfrentar todas

as formas de preconceito, racismo e discriminação para garantir o direito de aprender e a equidade educacional a fim de promover uma sociedade mais justa e solidária.

Este plano abrange todos os níveis de ensino e traz seis eixos que devem ser atendidos para que se efetive no âmbito educacional:

1) Fortalecimento do marco legal; 2) Política de formação para gestores e profissionais de educação; 3) Política de material didático e paradidático; 4) Gestão democrática e mecanismos de participação social; 5) Avaliação e Monitoramento e 6) Condições institucionais. (BRASIL, 2013, p. 21)

Despontam no cenário da educação, práticas a serem adotadas por todos os agentes educacionais em uma proposta da valorização da cultura afro-brasileira, fortalecendo as lutas, mudando a postura, revisando conceitos, práticas didáticas, material didático, currículo, instrumentos de controle social, gestão, enfim, democratização do ensino para as questões étnico-raciais.

UM OLHAR SOBRE A ESCOLA DR. JOSÉ GONÇALVES DE MEDEIROS

Para visualizar a realidade da escola em relação ao preconceito racial e a postura da mesma quanto a sua proposta pedagógica, seu currículo, suas ações, foi utilizado como objeto de estudo a Escola Dr. José Gonçalves de Medeiros, localizada na cidade de Acari – RN, construída no ano de 1966.

A escola de ensino fundamental maior e médio funciona nos turnos matutino e vespertino atendendo a 520 alunos.

Possui uma estrutura que contempla uma diretoria, sala de coordenação, secretaria, um laboratório, refeitório, depósito, sala multifuncional, a sala de professores (um espaço adaptado), sala de vídeo, cozinha, biblioteca, banheiros masculinos e femininos, quadra esportiva, além de onze salas de aulas e pátio.

A composição dos ambientes da instituição em questão retrata uma boa conservação, assim como mantém ativa e organizada para as atividades desenvolvidas como os alunos.

Para obter as informações necessárias quanto às questões de preconceito racial, foram aplicadas entrevistas com a coordenação escolar, a direção e entrevista coletiva com grupo de 10 (dez) alunos na faixa etária entre 14 e 15 anos de idade para que juntos

falassem sobre as questões de preconceito racial no ambiente escolar e como estes percebem as ações desenvolvidas pela escola para combater essa postura.

As entrevistas com a direção escolar e com a coordenadora foram realizadas em momentos distintos e as demais com os alunos, ocorreram na sala dos professores com a presença da coordenadora em alguns momentos.

Questionamentos foram levantados sobre o currículo e se este contempla as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; a forma que os professores foram ou serão trabalhados para atender de forma satisfatória a inclusão da cultura afro-brasileira e africana em sua prática e planejamento; sobre os registros de ocorrências de racismo ou outros tipos de violências; casos mais relevantes que ocorreram dentro da instituição escolar e sobre a política adotada para enfrentamento das práticas de racismo no ambiente escolar.

Sobre o percentual de alunos que se consideram negros ou pardos matriculados, a direção escolar informou que parcialmente 2% dos alunos correspondem a sua totalidade.

Ao ser questionada sobre casos que caracterizassem preconceito racial na escola a direção* relatou: “Não. Ressalta-se que nunca foi necessário intervir em nenhuma situação extrema”. Essa afirmação vai de encontro com alguns depoimentos dos alunos** na entrevista coletiva ao serem motivados a falarem sobre se já haviam vivenciado algum tipo de preconceito racial: “Brinquei com um colega de classe e ela me mandou pintar-me de corretivo, pois eu era ‘negrinha” (CLARA, 15 ANOS). Ainda sobre: “Sim, na escola várias pessoas me excluía por causa da minha cor” (ANA MARIA, 15 ANOS), e (PEDRO, 14 ANOS): “Sim, me chamam de macaco. Sempre me chamam assim.” Percebe-se claramente que as questões que envolvem preconceito racial vão sendo aceitas como situações corriqueiras e não como situações extremas como de fato deveria ser considerado. Enquanto isso, os alunos vão convivendo com uma dura realidade e tentam sobreviver em meio a piadas pejorativas, exclusão e a falta de aceitação. Henriques e Cavalleiro *in* Munanga (2005, p. 13) fala sobre a escola que não cuida das questões raciais dentro de seus muros:

* Entrevista com a direção escolar gestão 2014 a 2016.

** Para identificação dos alunos foram utilizados nomes fictícios

As chances de a escola ser um núcleo de resistência e de abrigo contra a violência racial dependem de uma completa virada de jogo. A violência racial na escola ainda não é computada como exercício de violência real. Na verdade, uma obra sobre a superação do racismo na escola será sempre um libelo contra uma das mais perversas formas de violência perpetradas cotidianamente na sociedade brasileira. A violência racial escolar atenta contra o presente, deforma o passado e corrói o futuro.

Segundo a direção em sua fala, mesmo existindo um livro de registro para notificar os casos extremos ocorridos no interior da escola, mesmo havendo o Conselho Escolar, o Conselho Tutelar e a família que precisa ser conhecedora de tudo o que ocorre na escola, não existe em seus registros fatos ocorridos de preconceito racial. Esse fato implica falta de atenção ao que ocorre nas relações que se dão entre alunos/alunos e alunos/professores, comunidade escolar/escola, uma vez que os relatos dos adolescentes apontam para situações de preconceito racial de forma aberta e frequente.

Dando continuidade as entrevistas aplicadas, as perguntas foram voltadas para as questões pedagógicas com a coordenação escolar*. Em pauta, foi indagado sobre o currículo da escola e se o mesmo contempla a Lei nº 10.639/03 a qual foi prontamente respondido: “Sim. A escola trabalha propiciando uma reflexão dos problemas presentes na escola e na sociedade pra que haja uma compreensão da importância da discussão das relações sociais.” E sobre as ações pedagógicas que contemplam as questões raciais a mesma relata:

As ações pedagógicas busca combater o racismo e as discriminações através da divulgação e produção de conhecimento; da formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos que saibam valorizar a sua identidade étnico-racial (Coordenadora Pedagógica, 2016)

No sentido da divulgação e produção de conhecimento, são esses dois fatores fundamentais para que os alunos encarem o preconceito racial como crime** para que saibam se defender e buscar ajuda quando forem vítimas. Os demais alunos também

* Entrevista com a Coordenadora Escolar - 2016

** Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989 que traz em seu Art. 1º: Serão punidos, na forma da Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

necessitam se apropriar do senso de justiça e aceitação, minimizando ou anulando qualquer tipo de preconceito sendo este racial ou não.

A escola tem a função social de trabalhar as temáticas com criticidade para que os alunos construam sua cidadania de forma consciente de seus direitos assim como de seus deveres.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Brasil, (2004, p. 18) a mesma afirma que o currículo trabalhe de forma a não permitir que a segregação racial esteja presente na comunidade escolar, que seja uma proposta viva e atuante com propostas conceituais e atitudinais:

(...) aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que são vítimas. Sem dúvida, assumir estas responsabilidades implica compromisso com o entorno sociocultural da escola, da comunidade onde esta se encontra e a que serve compromisso com a formação de cidadãos atuantes e democráticos, capazes de compreender as relações sociais e étnico-raciais de que participam e ajudam a manter e/ou a reelaborar, capazes de decodificar palavras, fatos e situações a partir de diferentes perspectivas, de desempenhar-se em áreas de competências que lhes permitam continuar e aprofundar estudos em diferentes níveis de formação.

Ao questionar os alunos sobre as ações realizadas pela escola para que não haja no interior ou fora da escola preconceito racial em sua maioria disseram que sim, que os professores explicam sobre a cultura étnico-racial ou que já houve palestras contemplando a temática. Apenas alguns afirmaram desconhecer alguma ação realizada.

Valorizar a cultura afro, conhecer as histórias de luta dos negros, os heróis que viveram por um ideal de liberdade, a riqueza de uma cultura que contribuiu fortemente para o que somos hoje enquanto nação, apontar a beleza e a força existente entre estes povos, dá um sentimento de pertença a quem cotidianamente tem que lutar contra uma visão preconceituosa e não aceitável por não ser branco. É inimaginável que exista o mínimo de tolerância com comportamentos dessa natureza. Nesse sentido, as ações na escola devem ser constantes e os casos ocorridos não devem passar despercebidos.

O aluno ao afirmar que sofre constantemente preconceito racial e que não é de conhecimento da equipe gestora, pelo discurso da mesma, mostra à fragilidade de ambas as partes. De um lado, quem é agredido por algum motivo se nega a buscar seus

direitos, do outro, a escola como instituição mergulhada em seus conteúdos, descuida do olhar para o outro e os problemas que enfrentam dentro do seu espaço.

Esses problemas que chegam até a escola proveniente de um contexto social discriminatório, deveriam ganhar outros contornos. Em sua vigilância a escola pode e deve transformar séculos de preconceito em uma história de reconhecimento, pertencimento e conquistas.

Uma conscientização começa no momento em que nos apropriamos da causa. A coordenadora ao ser questionada sobre se os professores estão sendo capacitados para trabalhar com as questões étnico-raciais de forma a valorizar a cultura afro-brasileira, a mesma diz: “Os professores estão se capacitando através dos cursos de especialização oferecidas pelo MEC. Procura-se trabalhar cotidianamente com propriedade essas questões étnico-raciais que objetiva valorizar a cultura afro-brasileira.” (Coordenadora Pedagógica, 2016)

É um bom começo e a continuação de uma luta que teve início nos primórdios da colonização do Brasil. Este país que evoluiu em todas as instâncias, mas que nas questões de discriminação racial ainda tem muito a conquistar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do interesse sobre o preconceito vivido por pessoas negras, essa pesquisa foi realizada como o objetivo de identificar essa realidade dentro da escola e como a mesma enfrenta a problemática do preconceito racial.

Após uma investigação sobre como o negro buscou sua cidadania ao longo da história e conseqüentemente a sua entrada na instituição escolar, foi possível detectar que o preconceito racial persiste nas relações sociais sendo preciso que às pessoas adquiram uma consciência crítica de quem realmente são para saber ter a ética de dizer não ao racismo. Se não forem conhecedores da causa, se não tiverem um comportamento no qual o respeito ao próximo parta do princípio do amor, da aceitação, caminhará a sociedade a passos lentos para uma verdadeira evolução social com princípios de igualdade.

A escola por sua vez como espaço privilegiado de conhecimento, tem a missão grandiosa de construir mentes críticas e formar cidadãos que sejam capazes de desconstruir em si e em seu entorno, situações de preconceito racial. É nesse espaço de construção de conhecimentos que deve ser enaltecida a história, mostrar a cultura negra em toda sua riqueza e suas lutas. O que se vê, portanto, são crianças que ao chegarem à escola sofrem com a intolerância por ter a pele escura ou o cabelo crespo; são jovens que precisam de aceitação, de construir sua identidade e são excluídos; ver-se um currículo não ativo como de fato deveria ser para as questões raciais.

Embora as lutas dos negros pelas conquistas de espaços na sociedade tenham alcançado avanços, a escola deve ser incansável na desconstrução das mentalidades e comportamentos racistas apropriando-se cada vez mais da causa para que com propriedade lute pela equidade dentro e fora dos seus muros. Enxergando ações de preconceito racial em ações mínimas, mas que precisam de atenção e tratamento adequado para não fomentar o descaso e o esquecimento.

A escola em questão necessita abraçar com mais empenho as questões de preconceito racial com debates, projetos, ações que envolvam a comunidade escolar, assim como manter atualizados os registros que implicam questões de violências sejam estas quais forem.

IN EDUCATION ARTERIES, BLOOD STILL HAVE COLOR:
REFLECTIONS ON RACIAL PREJUDICE IN
SCHOOL STATE DR. JOSÉ MEDEIROS GONÇALVES THE YEAR 2016.

Eliene Roberto Limeira
Advisor Carlos Eduardo Araújo

SUMMARY

In a proposal for a glimpse inside the school racial issues historically constituted in society, the subject of this article appears: In Arteries of Education, Blood still has color: Reflections on Racial Prejudice in the State School Dr. José Gonçalves de Medeiros in Year 2016. Therefore, it is necessary to understand the preambles that occur in all social spaces in which prejudice is presented in a discriminatory manner. Thus, we used a bibliographical research pointing the historical reality of a society that coexists with the segregation in which skin color is crucial to being excluded from this, but also was used as a research subject to State School Dr. José Gonçalves Medeiros, located in Acari - RN using interviews have offered tools for an analysis of racial prejudice within and outside the school walls. Elements that made possible an analysis of racial prejudice in schools should be of cultural and social enrichment; transforming a reality in which prejudice will not reach children and youth; to teach on a daily basis, its color does not make you be different or inferior.

KEYWORD

Racial prejudice. History. Society. Education

FONTES

Como fonte de investigação foi realizada uma Pesquisa bibliográfica e aplicação de entrevistas com a direção escolar, coordenação pedagógica e 10 (dez) alunos da Escola Estadual Dr. José Gonçalves de Medeiros.

REFERÊNCIAS

BARROS, Surya Aaronovinh Pombo de. **Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do século XX. IN: ROMÃO, Jeruse (org.) História da educação do negro e outras histórias.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

BRANDÃO, Carlos Fonseca. **As cotas na universidade pública brasileira: será o caminho?** – Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição Federativa do Brasil. Brasília – DF: Senado Federal, 1989;

_____ **Declaração dos direitos Humanos.** Brasília-DF, 1998.

_____ **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília/DF, SECADI, 2013.

_____ **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília/DF, 2014.

_____ **História da educação do negro e outras histórias.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília/DF.

_____ **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** Brasília/DF, 2013.

BLUTEAU, Rafael, 1638-1734 SILVA, Antonio de Moraes Dicionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789 .

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Mirian. Relações raciais na escola: reprodução de desigualdade em nome da igualdade. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violências nas Escolas, 2006.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. População residente, por cor ou raça, segundo o sexo e os grupos de idade – Brasil – 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população/censo2010>. Com acesso em: 16 de março de 2016.

DOMINGUES, Petrônio. A nova abolição. São Paulo: Selo Negro, 2008.

FANTE, C. **Fenômeno bullying**: como prevenir a violência nas escolas. Ed. Campinas Verus, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FILHO, Deneval Siqueira de Azevedo, MAIA, Rita Maria de Abreu. Livros e Idéias: ensaios sem fronteiras. Arte e Ciência Editora, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. Palmares, **Ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2005.

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor**: Paulo Freire e a paixão de ensinar. 1ª Edição. São Paulo: Publisher, 2007.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo; Ed. 34, 1999.

KING, Martin Luther, Um apelo à consciência: os melhores discursos de Martin Luther King; selecionado e organizado por Clayborne Carson e Kris Shepard; tradução de Sérgio Lopes; Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: INL, 1949.

LOURO, Guacira. **A construção escolar das diferenças. Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2ª edição revisada, 2005.

_____ **Negritude: usos e sentidos**. Editora Ática, 1986.

_____ Uma abordagem conceitual das noções de raça. Racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto P. (org.) Caderno PENESB nº 5. Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira, Niterói: EDUFF, 2000.

NOGUEIRA, Oracy, Tanto Preto quanto Branco. Estudos de relações raciais. São Paulo, T.A Queiroz, 1985.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História da Educação**. São Paulo: Ed.Ática, 6ª Edição, 1997.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flávio (Org.). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

STENGEL, Richard. **Os caminhos de Mandela: lições de vida, amor e coragem**. São Paulo: Globo, 2010.

SILVA, Leonardo Santana da,. O processo abolicionista no Brasil na visão de dois afrodescendentes engajados na causa: André Rebouças e José do Patrocínio. Rio de Janeiro: Letras Capital, 2015